

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

#### RECURSO :

ILMA. SRA. PREGOEIRA DESIGNADA PELA COORDENAÇÃO- GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2018  
PROCESSO Nº 08001.004855/2018-49

IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.758.602/0001-80, situada no SHS, Quadra 06, Conjunto A, Bloco E, Salas 919, 922, 923 e 1110, Asa Sul, Brasília-DF, CEP 70.322-915, na Licitação, Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2018 supracitada, por seu representante legal, vem, respeitosamente, perante esta Pregoeiro, com fulcro no item 11 do presente edital e artigos 109 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 c/c com a Lei 13.303/2016, apresentar tempestivamente RECURSO ADMINISTRATIVO em face da r. decisão do Pregoeiro, que declarou habilitada ao Grupo 03, Conteúdo Multimídia e Monitoramento de Redes Sociais, a empresa CLIPPING EXPRESS - SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA, requerendo digne-se V.Sa. determinar o regular processamento das inclusas razões de fato e de direito em anexo.

#### 1 – DA TEMPESTIVIDADE

Declarado os vencedores de cada item não agrupado/Grupo e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, foi concedido o prazo, pelo pregoeiro para manifestação da intenção de recorrer pelas licitantes.

Tempestivamente, a recorrente manifestou interesse na interposição de recurso de forma motivada. Verificada a tempestividade e a existência de motivação para intenção de recorrer, o Pregoeiro admitiu a interposição de recurso.

Desta forma, considerando que o prazo para interposição de recurso é de 3 (três) dias, conforme item 11.2.3 do Edital, a contar do primeiro dia útil seguinte à admissão do recurso, ou seja, 17/12/2018, o prazo final é dia 19/12/2018.

Nestes termos, tempestivas as razões recursais interpostas na presente data.

#### 2 – DAS RAZÕES RECURSAIS

O Ministério da Justiça, por intermédio de Pregoeiro designado pela Portaria nº 88, de 18 de abril de 2018, da Coordenação- Geral de Licitações e Contratos da Subsecretaria de Administração, divulgou a realização de Licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônico, do tipo menor preço, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação e relações públicas, envolvendo os serviços de clipping, auditoria de imagem, media training, fotografia, atendimento à imprensa, produção de conteúdo escrito e audiovisual, ações de relacionamento em ambientes digitais, planejamento e realização de entrevistas coletivas.

A Licitação foi dividida em lotes de itens não agrupados e grupos.

A recorrente, na qualidade de empresa especializada na prestação dos serviços objeto do presente edital, credenciou-se e encaminhou a proposta nos termos exigidos pelo Edital, para o Grupo 3 – Conteúdo Multimídia e Monitoramento de Redes Sociais.

Juntamente com a recorrente, participaram do certame, com interesse no Grupo 3 – Conteúdo Multimídia e Monitoramento de Redes Sociais, as seguintes empresas: JHE COMUNICAÇÃO LTDA; CLIPPING EXPRESS – SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA; PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA; APPROACH COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA; CLIP E CLIPPING LTDA; UP IDEIAS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E COMUNICAÇÃO EIRELI; e SERGIO MACHADO REIS.

Encerrada a etapa de lances, foi declarada arrematante, a empresa CLIPPING EXPRESS, com o valor ofertado de R\$357.195,00.

Ato contínuo, a licitante foi chamada a apresentar a documentação de habilitação segundo as exigências previstas no Edital. Após análise, a empresa CLIPPING EXPRESS – SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA foi declarada aceita e habilitada pelo pregoeiro.

Não obstante o zelo habitual no trato da coisa pública por este Pregoeiro, algumas questões de extrema importância passaram despercebidas por ocasião da análise dos documentos de habilitação, que, a nosso ver, alteram o resultado apresentado, conforme razões abaixo expostas.

#### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO

##### 3.1. DOS ATESTADOS APRESENTADOS PELA LICITANTE CLIPPING EXPRESS

O Edital previa em seu item 8.8 que as empresas deveriam apresentar, no momento da habilitação, entre outros, os documentos de qualificação técnica.

Segundo os subitens do item supramencionado, a comprovação de capacidade técnico-operacional deveria ser realizada mediante apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha serviços compatíveis com o objeto do pregão.

O Edital explicitava ainda que seria considerado como pertinente e compatível a comprovação da prestação dos serviços, por meio de atestados, nos termos descritos na tabela do item 8.8.1.1.

Para comprovação de capacidade técnico-operacional referente ao Grupo 3 – Conteúdo Multimídia e Monitoramento de Redes Sociais, o atestado necessitava comprovar o “Fornecimento de serviço de monitoramento de redes sociais por 1 mês e produção de 15 posts (em texto, áudio, vídeo ou arte gráfica) mensais ou 180 anuais”.

Logo, para a devida comprovação, o atestado de capacidade técnica necessitava observar dois requisitos: 1- Fornecimento de monitoramento de redes sociais por 1 mês; e 2- produção de 15 posts mensais ou 180 anuais em texto, vídeo, áudio ou arte gráfica.

Ocorre que, os atestados apresentados pela Licitante Clipping Express não atenderam a todas as exigências supramencionadas previstas no Edital.

A Licitante apresentou 4 (quatro) atestados.

O primeiro deles, elaborado pelo Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Geral, atesta que a licitante prestou serviço de Clipping eletrônico, em âmbito nacional, regional e local, para atender às necessidades das Assessorias de Comunicação Social do Ministério Público do Trabalho – MPT”.

O atestado especifica ainda alguns serviços prestados, entres eles, “monitoramento e captura de notícias em veículos online de abrangência local, regional e nacional; acompanhamento das menções e posições dos internautas sobre fatos, marcas, empresas, produtos e personalidades nas principais mídias sociais;”.

Enfatiza-se que o atestado se refere ao detalhamento do serviço de “clipping eletrônico”, conforme descrito no início do atestado, nada mencionando sobre produção de posts (em texto, áudio, vídeo ou arte gráfica), muito menos sobre seus quantitativos mínimos.

O segundo atestado foi emitido por B&I COMUNICAÇÃO LTDA e atestou que a licitante “detém capacidade técnica no que diz respeito à prestação de serviços diários de Gerenciamento em mídia sociais e Produção de Conteúdo”. O atestado descreve serviços realizados pelo licitante, entre eles: “Produção/Criação de Posts”.

No entanto, embora conste tal serviço no Atestado, não há qualquer indicação quanto ao quantitativo prestado pela Clipping Express durante o contrato.

Enfatiza-se que embora os serviços relatados tenham sido prestados de 09/10/2008 a 03/10/2017, não é possível presumir que o licitante tenha prestado a quantidade mínima de 15 posts mensais, tampouco 180 anuais. Isso porque, o licitante pode ter prestado o serviço de produção e posts em quantitativo bem inferior ao exigido.

Ressalta-se também que há previsão de publicações de posts diários, mas que isso difere-se de produção efetiva de posts com áudio, texto, vídeo ou arte gráfica produzido efetivamente pela licitante.

O terceiro atestado apresentado foi elaborado pela PRICE WATER HOUSE COOPERS AUDITORES INDEPENDENTES, declarando a prestação de serviço pela licitante de monitoramento de mídias sociais e relatório de inteligência.

No entanto, em nenhum momento o atestado apresenta o serviço de produção de posts, nem mesmo o quantitativo mínimo necessário.

O quarto e último atestado refere-se à prestação de serviços ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Novamente, o serviço atestado refere-se única e exclusivamente a monitoramento, não existindo qualquer menção à produção de Posts.

Desta forma, o único atestado que comprovaria a produção de posts seria o da B&I Comunicação. Ocorre que, referido atestado, como mencionado, não apresenta quantitativo mínimo de produção de posts com textos, áudios, vídeos ou arte gráficas. Enfatizamos novamente que, embora alguns serviços atestados possuam a execução diária ou semanal, em nenhum momento o atestado menciona a produção de posts diários ou semanais.

Verificando a questão, o Pregoeiro solicitou diligência à empresa licitante, requerendo a comprovação do quantitativo mínimo de posts referente ao atestado da B&I Comunicação (Literal Link).

Em resposta, o licitante apresentou novo documento, qual seja, atestado de capacidade técnica detalhando o fornecimento de serviço de monitoramento de redes sociais e produção de conteúdo no quantitativo de 1 post por dia.

O atestado entregue junto aos documentos de habilitação, tempestivamente, foi emitido por B&I COMUNICAÇÃO LTDA com CNPJ nº 00.795.404/0001-19, enquanto o segundo atestado, novo, utilizado após diligência da Pregoeira foi emitido por BUENOS AIRES COMUNICAÇÃO PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA, CNPJ nº 72.409.956/0001-52. Logo, os atestados não foram emitidos pela mesma pessoa jurídica.

Além disso, o atestado apresentado em momento posterior foi assinado em 13/12/2018, considerando que a abertura do pregão ocorreu apenas em 14/12/2018, qual o motivo pelo qual o licitante não apresentou o referido atestado em momento oportuno?

Devemos ressaltar que tal vício não é passível de ser sanado mediante diligência, tendo em vista que o Edital é claro ao definir que os atestados deveriam ser entregues, contendo as especificações mínimas no momento de habilitação.

A Lei 8.666/1993 é igualmente específica ao definir em seu art. 43, parágrafo terceiro que “é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”.

A Legislação é cristalina ao dispor que diligências são possíveis no procedimento licitatório, desde que não acarrete a inclusão de documento ou informação posterior.

A apresentação posterior de atestado pela Clipping Express não observou as duas vedações do artigo da Lei.

Ademais disso, admitir a apresentação posterior de atestados gera uma evidente desigualdade entre os participantes da licitação, uma vez que muitas empresas deixaram de participar por não dispor dos documentos necessários até o momento da habilitação e outros apresentaram todos os seus documentos em conformidade com o edital.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União já se manifestou de que as diligências durante o processo licitatório são possíveis, desde que não resulte a inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes. (TCU. Jurisprudência – Informativo de Licitações e Contratos. Número 192 de 8 e 9 de abril de 2014. “[...] 3. A inabilitação de licitante em virtude da ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, de que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes, caracteriza inobservância à jurisprudência do TCU. [...]”)

Ora, neste caso, a apresentação de novo atestado com novas informações se enquadra como inserção de documento novo. Logo, a substituição dos documentos é medida não cabível neste caso.

Os procedimentos licitatórios possuem princípios basilares que são imprescindíveis para sua validação. A Lei 8.666/1993, em seu artigo 3º, definiu que a licitação destina-se a garantir a observância ao princípio constitucional da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional

sustentável, devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O princípio da igualdade define que a Administração deve dar tratamento igual a todos interessados, condição essencial para garantia da competição em licitações. Por sua vez, o princípio da vinculação ao edital disciplina que todo processo de licitação deverá seguir seu Edital, documento fundamental que constitui lei entre as partes.

Abaixo à legislação pertinente à matéria, o Edital se sobressai, estabelecendo regras específicas e peculiares a cada licitação, devendo a Administração permanecer estritamente vinculada ao referido documento e condições nele estabelecidas.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório em conjunto com o da isonomia visa proteger os procedimentos licitatórios de situações que afastem a administração das exigências fixadas nos editais. A administração deve abster-se de aceitar documentos com características diferentes das já especificadas.

Ora, a aceitação de documentos em descumprimento à exigência expressa do Edital eivam o procedimento licitatório de vícios insanáveis.

Ademais disso, a administração deve seguir aos ditames do princípio do julgamento objetivo, que determina que o administrador deve observar critérios objetivos, definidos no ato convocatório para julgamento da documentação e das propostas, afastando a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no instrumento de convocação, ainda que em benefício da própria Administração.

Aceitar atestados em desconformidade com as exigências do Edital, pressupondo a realização de determinado serviço é afastar-se da proteção do referido princípio.

A desobediência aos princípios basilares do processo licitatório compromete a validade do procedimento como um todo. Neste aspecto, o Tribunal de Contas da União já se manifestou por inúmeras vezes quanto à nulidade do certame nos casos em que houver desobediência às diretrizes fundamentais das licitações:

"A violação de princípios básicos da razoabilidade, da economicidade, da legalidade e da moralidade administrativa, e a desobediência às diretrizes fundamentais da licitação pública, no caso, a isonomia entre licitantes, o julgamento objetivo, a vinculação ao instrumento convocatório, bem como o caráter competitivo do certame constituem vícios insanáveis que ensejam a fixação de prazo para exato cumprimento da lei, no sentido de declarar a nulidade do certame. (TCU. Acórdão 6198/2009 Primeira Câmara)"

No caso em tela, a aceitação de atestados em desconformidade com as exigências do Edital gera o tratamento desigual para com os demais, afastando a Administração do dever de vinculação ao Edital bem como ao dever de julgar objetivamente os documentos apresentados pelas licitantes, motivo pelo qual, entendemos que o julgamento publicado por este Pregoeiro deve ser revisado.

Desta forma, ante o exposto, requer a desconsideração dos atestados apresentados pela licitante Clipping Express em virtude do não atendimento às regras específicas editalícias, bem como a inabilitação da mencionada.

### 3.2. DA NÃO APRESENTAÇÃO DE ÍNDICES DE LIQUIDEZ GERAL

O Edital previa em seu item 8.7.2 que para a Qualificação Econômico-financeira, a licitante deveria apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

No entanto, da análise dos documentos de habilitação apresentados pela Licitante Clipping Express verifica-se a não apresentação do documento mencionado.

Desta forma, considerando a inobservância a requisitos explícitos no Edital, correta seria a devida inabilitação da licitante, tendo em vista a não apresentação de documentos em conformidade com seu instrumento convocatório.

É cediço que a Administração deve atentar-se à observância dos princípios basilares do processo licitatório, entre eles o princípio da isonomia, da vinculação ao edital e do julgamento objeto. Isso porque, um certame que desatenta os mencionados princípios é eivado de vícios insanáveis.

Ora, o princípio da isonomia, paralelamente com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, visa conferir aos licitantes tratamento igualitário, devendo para tanto, serem estritamente observadas as normas editalícias. Isso porque, o Edital faz lei entre as partes envolvidas em um processo licitatório, devendo o Administrador, analisar a documentação apresentada em cotejo com as regras editalícias, sem margem para interpretações ou discricionariedade.

Assim, resta claro que se toda documentação exigida para habilitação não foi apresentada em momento oportuno, não há se falar em habilitação da licitante. Desta forma, requerer a inabilitação da licitante Clipping Express pela não apresentação de todos documentos necessários a verificação da habilitação da licitante.

### 4. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, e, com a certeza da eficiência e imparcialidade com que Pregoeiro vem prestando seu papel no presente certame, a recorrente requer:

- a) O recebimento e processamento do presente recurso;
- b) A desconsideração dos atestados apresentados pela empresa Clipping Express tendo em vista que não atendem a todas exigências previstas no edital e a consequente inabilitação da licitante;
- c) A inabilitação da licitante Clipping Express em virtude da não apresenta de índices de liquidez geral exigido pelo Edital.

Termos em que,

Requer Deferimento.

Brasília, 19 de dezembro de 2018.

IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA

**Fechar**